



IMPACTO DAS INEQUIDADES REGIONAIS NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA AMAZÔNIA LEGAL: UM OLHAR SOB O PREVINE BRASIL

GUSTAVO BEZERRA DOS SANTOS LIRA; GABRIELLA KAROLYNE POMPEU MARTINS; DAYSA DA SILVA MARTINS; CAMILA LIMA DE ANDRADE; LILIANE SILVA DO NASCIMENTO

RESUMO

Introdução: o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é essencial para garantir acesso universal à saúde pública Brasileira e emerge como um dos pilares fundamentais da estruturação e operacionalização do sistema de saúde no Brasil. O antigo modelo de financiamento, até 2019, limitou o alcance da Estratégia Saúde da Família. Com a chegada do programa Previnde Brasil, proporcionou-se um novo modelo, considerando critérios populacionais, desempenho e ações estratégicas para fortalecer a Atenção Primária à Saúde (APS) a partir de sete indicadores em saúde. É crucial analisar criticamente o financiamento do SUS, especialmente na região da Amazônia Legal, para desenvolver políticas públicas sensíveis que garantam sua sustentabilidade e eficácia, promovendo a saúde e o bem-estar.

Objetivos: o objetivo deste manuscrito converge para o entendimento acerca dos motivos pelos quais os indicadores do Previnde Brasil relacionados à Amazônia Legal possuem índices diminutos em relação ao resto do país. **Materiais e métodos:** Por meio de um estudo quanti-qualitativo, buscou-se avaliar a disparidades no financiamento em diferentes regiões do país a partir da operação estatística simples de média do Indicador Sintético Final (ISF) dos sete indicadores. Para a análise qualitativa, foi conduzida uma extensa revisão bibliográfica nas plataformas Scielo e Pubmed com o objetivo de delinear o impacto das desigualdades regionais na qualidade dos Serviços de Saúde, com especial ênfase na região Norte em comparação com o restante do país. **Resultados:** os resultados foram organizados em Q1, Q2 e Q3 para oferecer uma completude de um período anual e apontaram que os sete indicadores do Previnde Brasil alcançaram um desempenho superior nas demais regiões do Brasil em comparação com a Amazônia Legal. Isso sugere não apenas a presença dos vieses axiológicos, sanitários e epidemiológicos, mas também a eficácia significativa das iniciativas e práticas de saúde adotadas, resultando em resultados mais positivos em nível nacional. **Conclusão:** portanto, é crucial direcionar um olhar particular sobre a Amazônia Legal, compreendendo a vitalidade dessa abordagem para a formulação de políticas públicas. Tais políticas devem visar a eficácia do SUS, desempenhando um papel fundamental na promoção da saúde e no aprimoramento do bem-estar da sociedade.

Palavras-chave: Indicadores Básicos de Saúde; Atenção Primária à Saúde; Avaliação em Saúde; Financiamento da Saúde; Economia da Saúde.

1 INTRODUÇÃO

O financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) emerge como um elemento crucial na estruturação e operacionalização de um dos pilares fundamentais do sistema de saúde brasileiro. Este componente assume uma posição central na capacidade do SUS de cumprir sua missão de proporcionar acesso universal e integral à saúde. A importância dessa questão transcende a mera alocação de recursos, alcançando implicações profundas na qualidade e

abrangência dos serviços de saúde oferecidos à população (HARZHEIM, 2020).

O modelo de financiamento vigente até 2019 contribuiu, após a esperada expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF) até meados da década passada, para impedir a ampliação do número de pessoas sob efetiva responsabilidade das equipes de saúde. Esse modelo estava esgotado e apresentava limitações quanto à capacidade de induzir respostas primordiais aos desafios do sistema de saúde e da Atenção Primária à Saúde (APS), tais como a efetivação do acesso e a produção de melhores resultados em saúde (BEZERRA, 2022).

O programa Previnde Brasil é o novo modelo de financiamento da APS. Ele considera quatro componentes para fazer a transferência financeira federal a municípios e ao Distrito Federal: incentivo com base em critério populacional; captação ponderada (cadastro de pessoas); pagamento por desempenho (indicadores de saúde) e incentivo para ações estratégicas. A proposta tem como princípio aumentar o acesso das pessoas aos serviços da APS e o fortalecimento de vínculos entre população e equipe, com base em mecanismos que induzem à responsabilização dos gestores e dos profissionais pelas pessoas atendidas e acompanhadas nos serviços da APS (BRASIL, 2019).

Um dos desafios que se apresentam à Saúde Pública é o de estruturar sistemas de indicadores que possibilitem análises das condições atuais e tendências das interações entre forças motrizes e pressões sócio-econômicas e a progressiva degradação ambiental, afetando os serviços dos ecossistemas que servem de suporte à vida, saúde e bem-estar humano. Adicionalmente, noções sobre o desenvolvimento sustentável vêm sendo discutidos também no âmbito da saúde, visando constituir indicadores que representem não apenas um recorte do país, mas também uma representação de um todo sensível às nuances e particularidades de cada região.

Atualmente o SUS dispõe de sete indicadores fundamentais para avaliar a saúde da população. Estes indicadores são: proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natal realizadas; proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV; proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado; Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS; proporção de crianças de um ano de idade vacinadas na APS contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, infecções causadas por *Haemophilus Influenzae* tipo B e poliomielite inativada; proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre; proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre (BRASIL, 2019).

A partir disso, torna-se imperativo analisar de maneira crítica e abrangente a relevância do financiamento do SUS, explorando a sua dimensão quantitativa, a sua distribuição equitativa e estratégica nas regiões do país. Nesse sentido, faz-se necessário a análise sob a ótica da Amazônia Legal, buscando uma compreensão desta temática como vital para a formulação de políticas públicas que visem assegurar a sustentabilidade e eficácia do SUS, contribuindo assim para a promoção da saúde e o bem-estar da sociedade.

Os objetivos deste manuscrito residem na obtenção de entendimento acerca dos motivos pelos quais os indicadores do Previnde Brasil relacionados à Amazônia Legal possuem índices diminutos em relação ao resto do país.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo quanti-qualitativo que busca avaliar como as disparidades no financiamento afetam a qualidade dos serviços de saúde oferecidos em diferentes regiões do país, com foco em indicadores de desempenho do Previnde Brasil. A avaliação de desempenho dos municípios, a partir das equipes Saúde da Família (eSF) e das equipes de Atenção Primária (eAP), no conjunto dos indicadores, permanece atualmente consolidada no Indicador Sintético Final (ISF), e que o ISF determina o valor do incentivo financeiro a ser transferido ao município. O ISF equivale ao cálculo do desempenho alcançado nos sete indicadores do

Previne Brasil e a avaliação do ISF permanece sendo realizada a cada 04 (quatro) meses, com repercussão financeira para os 04 meses seguintes.

A incorporação do Indicador Sintético Final (ISF) como instrumento possibilita uma minuciosa análise do desempenho de cada estado do país, utilizando uma operação estatística simples de média. Nesse método, realiza-se a soma dos valores de ISF de cada município (numerador) e em seguida divide-se pelo número total de municípios dentro do estado (denominador). Todos os dados são secundários e foram extraídos do site e-gestor (BRASIL, 2024). Essa abordagem oferece uma visão abrangente e ponderada do cenário, capturando nuances regionais e permitindo a identificação de padrões.

É relevante destacar que todas as etapas desse processo foram conduzidas por meio do software Microsoft Excel, garantindo uma execução precisa e eficiente. Os resultados completos dessa análise estão minuciosamente delineados e apresentados nos resultados (**Figura 1**), proporcionando uma compreensão aprofundada do panorama de desempenho em cada estado, com implicações significativas para aprimoramentos futuros e tomadas de decisão informadas no contexto da saúde pública.

Figura 1: Fórmula estatísticas de média aritmética simples.

$$X = \frac{\sum X_1 + X_2 + \dots + X_n}{n}$$

Legenda:

x = Média aritmética simples

n = número de estados total da análise

X1, 2...= Desempenho ISF

xn = Desempenho ISF do último estado a ser analisado

Fonte: Autores, 2024.

Para a análise qualitativa, foi conduzida uma extensa revisão bibliográfica nas plataformas Scielo e Pubmed com o objetivo de delinear o impacto das desigualdades regionais na qualidade dos Serviços de Saúde, com especial ênfase na região Norte em comparação com o restante do país. Esta revisão utilizou os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH), incluindo Indicadores Básicos de Saúde, Atenção Primária à Saúde, Avaliação em Saúde, Financiamento da Saúde e Economia da Saúde, em conjunto com os operadores booleanos "AND" e "OR".

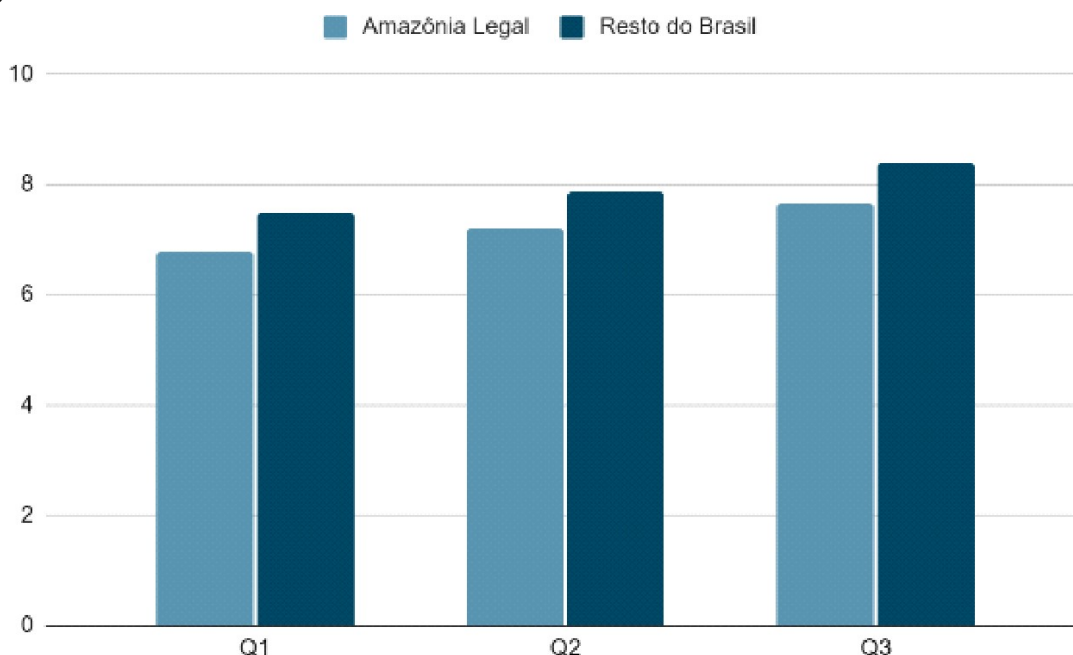
Como critérios de inclusão, foram considerados apenas artigos em língua inglesa e portuguesa, sem restrição quanto ao ano de publicação. A exclusão de artigos duplicados foi adotada como critério de exclusão. Inicialmente, os títulos dos artigos foram avaliados, selecionando aqueles alinhados com a temática proposta e excluindo os demais. Em seguida, os resumos foram analisados utilizando o mesmo processo de inclusão e exclusão. Somente após essas duas etapas, todos os artigos resultantes foram lidos na íntegra.

Cabe destacar que, além dos artigos, documentos oficiais, resoluções e portarias foram incorporados à análise e discussão deste trabalho, ampliando a abrangência das fontes de informação e enriquecendo a compreensão das questões relacionadas às disparidades regionais na prestação de serviços de saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A categorização meticulosa dos dados foi conduzida de acordo com a distinção em dois grupos distintos: um diretamente relacionado ao aglomerado de informações em saúde abrangendo os estados que compõem a Amazônia Legal (**Recorte 1**), e o outro vinculado aos restantes estados do país (**Recorte 2**). O Recorte 1 revelou uma trajetória notável de desenvolvimento ao longo dos meses do ano, destacando-se nas projeções trimestrais Q1: 6,77; Q2: 7,21 e Q3: 7,65 (**Tabela 1**). É crucial enfatizar que cada segmento de análise corresponde a um período de 4 meses, proporcionando uma visão abrangente e detalhada da evolução dos indicadores ao longo do ciclo anual.

Tabela 1: Análise dos recortes Q1, Q2 e Q3 do desempenho ISF do Previne Brasil do ano de 2023



Fonte: Autores, 2024

O aumento gradativo pode ser explicado pela operacionalização de mecanismo para gerar maior cobertura de acesso dos usuários e atender a critérios como disponibilidade, simplicidade, granularidade, periodicidade, baixo custo de obtenção, adaptabilidade, estabilidade, rastreabilidade e representatividade dos dados utilizados no cálculo. A atribuição de pesos diferentes considera a relevância clínica e epidemiológica das condições de saúde, bem como o nível de limitação no alcance das metas dos indicadores, que traduzem o resultado da gestão e equipes para realização das ações, programas e estratégias (BRASIL, 2019).

No que diz respeito ao restante do país, a análise da amostra revelou uma tendência crescente, como evidenciado pelos recortes: Q1: 7,46; Q2: 7,87 e Q3: 8,39 (**Tabela 1**). Essa trajetória ascendente foi consistentemente observada em cada recorte ao longo do ano, indicando que os padrões anteriormente mencionados podem ser generalizáveis para todo o território nacional. No entanto, é interessante notar que os dados se apresentaram de maneira notável, destacando que os sete indicadores do Previne Brasil alcançaram um desempenho superior nas demais regiões do Brasil em comparação com a Amazônia Legal. Isso sugere não apenas a presença dos vieses mencionados, mas também a eficácia significativa das iniciativas e práticas de saúde adotadas, resultando em resultados mais positivos em nível nacional.

Na mesma medida, essa distinção ressalta a importância de uma análise mais aprofundada e sensível para compreender as variáveis subjacentes que contribuem para o

desempenho desses indicadores. A disparidade nos indicadores de saúde do SUS entre a Amazônia Legal e outras regiões do país pode ser atribuída a uma complexa interseção de fatores socioeconômicos, geográficos, ambientais e epidemiológicos. Essa divergência reflete desafios únicos enfrentados pela Amazônia Legal, que impactam diretamente na prestação de serviços de saúde e o estado geral do sistema de saúde na região (DE ALMEIDA, 2020).

A extensão territorial e os desafios geográficos imponentes que caracterizam a região da Amazônia Legal desempenham um papel crucial na criação de obstáculos consideráveis no que tange ao acesso aos serviços de saúde. A presença marcante de áreas remotas, vastos rios e florestas densas não apenas compõem um cenário desafiador, mas também impõem limitações significativas à pronta chegada de recursos de saúde e profissionais às comunidades isoladas e distantes. Essa complexidade geográfica inerente à Amazônia Legal cria um ambiente no qual a logística para fornecer cuidados de saúde eficazes torna-se intrinsecamente desafiadora. Como resultado, o atendimento de saúde nessas áreas remotas é frequentemente afetado por obstáculos logísticos, dificultando a oferta oportuna de tratamentos e serviços médicos essenciais (LIMA, 2021).

A desigual distribuição populacional na extensa região da Amazônia Legal configura-se como um fator determinante para as disparidades observadas na prestação de serviços de saúde. A presença de inúmeras comunidades dispersas, intercaladas com áreas densamente povoadas, apresenta um desafio intrincado no sentido de assegurar uma cobertura abrangente e equitativa. A diversidade geográfica, que inclui desde pequenas aldeias isoladas até regiões mais urbanizadas, torna imperativa a implementação de estratégias adaptáveis que considerem a complexidade dessa distribuição populacional. O desafio central reside em atender às variadas necessidades dessas comunidades, especialmente nas regiões mais remotas e isoladas, onde a acessibilidade aos serviços de saúde é frequentemente limitada (VIANA, 2016).

As condições ambientais singulares que caracterizam a Amazônia Legal exercem um papel de extrema importância nos indicadores de saúde da região. A incidência mais acentuada de doenças tropicais, como malária e febre amarela, cria um ônus adicional sobre o sistema de saúde local. Estas enfermidades, muitas vezes transmitidas por vetores presentes na densa vegetação, representam desafios significativos para a prestação adequada de cuidados médicos. Essas doenças tropicais negligenciadas apresentam uma prevalência específica somente na Amazônia Legal, acrescentando complexidade ao panorama de saúde local. Ademais, as questões ambientais, como desmatamento e mudanças climáticas, desempenham um papel multifacetado na saúde da população local. O desmatamento pode aumentar o contato humano com animais selvagens, potencializando a disseminação de doenças zoonóticas. As mudanças climáticas, por sua vez, podem alterar padrões epidemiológicos e influenciar a distribuição geográfica de vetores de doenças (GARNELO, 2019).

Fatores socioeconômicos, como pobreza e falta de infraestrutura, também desempenham um papel vital. Comunidades com acesso limitado à educação e oportunidades econômicas podem enfrentar maiores desafios de saúde. Além disso, aspectos culturais podem influenciar a busca por tratamento médico e a adesão às práticas preventivas. A falta de investimentos adequados em infraestrutura de saúde, capacitação de profissionais e aquisição de equipamentos médicos modernos podem impactar negativamente a qualidade dos serviços oferecidos na Amazônia Legal.

4 CONCLUSÃO

Diante desse cenário, é evidente a necessidade permanente de análise crítica e abrangente sobre a importância do financiamento do SUS. Essa avaliação não deve se restringir apenas à sua dimensão quantitativa, mas também considerar a distribuição equitativa e estratégica dos recursos nas diversas regiões do país. No âmbito dessa reflexão, é crucial

direcionar um olhar particular sobre a Amazônia Legal, compreendendo a vitalidade dessa abordagem para a formulação de políticas públicas, além da sensibilidade às questões epidemiológicas, socioeconômicas e culturais. Tais políticas devem visar não apenas a sustentabilidade, mas também a eficácia do SUS, desempenhando um papel fundamental na promoção da saúde e no aprimoramento do bem-estar da sociedade como um todo.

Nesse sentido, a análise centrada na Amazônia Legal ressalta as especificidades da região e revela-se como um elemento essencial para a construção de um sistema de saúde público verdadeiramente abrangente, inclusivo e eficiente em escala nacional.

REFERÊNCIAS

HARZHEIM, E.. “Previne Brasil”: bases da reforma da Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1189–1196, abr. 2020.

BEZERRA, M. V. de M.; JORGE, M. S. B.; BIZERRIL, D. O.; SANTOS, G. A. dos; VIANA, M. M. de N.; CALDAS, S. R. As interfaces do programa Previne Brasil. **CIS - Conjecturas Inter Studies**, [S. l.], v. 22, n. 8, p. 1363–1373, 2022. DOI: 10.53660/CONJ-1405-Z01.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº2.979 GM/MS, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. **Diário Oficial da União 2019**; 13 nov.

SETA, M. H. D.; OCKÉ-REIS, C. O.; RAMOS, A. L. P.. Programa Previne Brasil: o ápice das ameaças à Atenção Primária à Saúde?. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 3781–3786, 2021.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS). **e-Gestor. Relatórios Públicos**. [site da Internet].2024[acessado 2024 Fev 14]. Disponível em: <https://egestorab.saude.gov.br/>

DE ALMEIDA, Gabriel Mácola et al. Influência do monitoramento de indicadores e informações de saúde bucal no desempenho das equipes de saúde bucal em estado Amazônico. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 51, p. e3513-e3513, 2020.

LIMA, R. T. DE S. et al.. Saúde em vista: uma análise da Atenção Primária à Saúde em áreas ribeirinhas e rurais amazônicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 6, p. 2053–2064, jun. 2021.

VIANA, R. L.; FREITAS, C. M. DE ; GIATTI, L. L.. Saúde ambiental e desenvolvimento na Amazônia legal: indicadores socioeconômicos, ambientais e sanitários, desafios e perspectivas. *Saúde e Sociedade*, v. 25, n. 1, p. 233–246, jan. 2016.

GARNELO, L.. Especificidades e desafios das políticas públicas de saúde na Amazônia. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 12, p. e00220519, 2019.